



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

CLÁUDIA JÉSSICA SARAIVA SILVA DE OLIVEIRA

**A VISÃO DO ALUNO-TRABALHADOR SOBRE COMO O MERCADO DE
TRABALHO INTERFERE NA SUA TRAJETÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.**

**FORTALEZA-CE
2022**

CLÁUDIA JÉSSICA SARAIVA SILVA DE OLIVEIRA

A VISÃO DO ALUNO-TRABALHADOR SOBRE COMO O MERCADO DE
TRABALHO INTERFERE NA SUA TRAJETÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia da Faculdade de Educação da
Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciado em Pedagogia.

Orientador(a): Profa. Dra. Antônia
Rozimar Machado e Rocha

FORTALEZA-CE

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O46v Oliveira, Cláudia Jéssica Saraiva Silva de.

A visão do aluno-trabalhador sobre como o mercado de trabalho interfere na sua trajetória do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará / Cláudia Jéssica Saraiva Silva de Oliveira. – 2022.

55 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia

, Fortaleza, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Antônia Rozimar Machado e Rocha.

1. Educação. 2. Mercado de trabalho. 3. Pedagogia. I. Título.

CDD 370

CLÁUDIA JÉSSICA SARAIVA SILVA DE OLIVEIRA

A VISÃO DO ALUNO-TRABALHADOR SOBRE COMO O MERCADO DE
TRABALHO INTERFERE NA SUA TRAJETÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia da Faculdade de Educação da
Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Antônia Rozimar Machado e Rocha (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria José Albuquerque da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Kelly Maria Gomes Menezes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Em forma de registrar aqui aqueles que fizeram parte desta longa e árdua caminhada e que de certa forma contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho, seja me dando forças ou auxiliando nos momentos que mais precisei.

Primeiramente agradeço a Deus, que em sua infinita bondade me permitiu chegar até aqui, me proporcionando saúde em meio ao caos que passamos, sempre iluminando meu caminho e minha mente para que fosse possível seguir adiante, sem desistir. Deus meu, eu sei que nunca foi sorte e a ti toda glória será dada.

Todo meu amor e gratidão à minha mãe, Fabiana, por nunca medir esforços para fazer a felicidade e garantir, mesmo diante da sua humildade, uma boa educação a seus quatro filhos, por me incentivar a ser melhor e mostrar que os meus sonhos eu posso realizar.

À minha avó, Vera, que fez parte das minhas inspirações para escolher o curso de Pedagogia, gratidão por se dedicar tanto aos seus e ser essa mulher incrível.

Ao meu pai, Fábio, que me proporcionou ajuda em momentos que precisei. E aos meus irmãos, Felipe, Gabriela e Fernando, que tanto me ajudaram e fazem dos meus dias os mais felizes.

Minha eterna gratidão ao meu esposo e melhor amigo, Ralvini, que sempre esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis dessa caminhada, que sempre acreditou na minha capacidade, sem nem eu mesma crê. Por me apoiar e me fortalecer para eu não desistir e me proporcionar viver uma das minhas maiores realizações, a de ser mãe.

Sophie, meu presente de Deus, a força motriz que me impulsiona a querer ser mais e melhor. Obrigada por me permitir ser sua mãe e por ser a criança mais pura e amorosa que já conheci. É tudo por você.

Agradeço de todo o meu coração a Kim Namjoon, Kim Seokjin, Min Yoongi, Jung Hoseok, Park Jimin, Kim Taehyung, Jeon Jungkook, por nos dias em

que me odiei, que quis desaparecer, vocês me mostrarem uma porta em meu coração, a qual eu pude abrir e encontrá-los, me confortando na loja mágica.

Aos meus amigos, em especial Diana e Ana Kelly, que me acompanharam ao longo desta graduação, por todo incentivo, companheirismo e alegrias que fizeram os momentos difíceis toleráveis.

A minha prezada e querida orientadora Prof.^a Antônia Rozimar Machado e Rocha, pela dedicação, compreensão e amizade.

“Os jornais nos chamam de a geração que desistiu.” (SONYEONDAN, 2015)

RESUMO

O presente estudo visa analisar as perspectivas de cunho pessoais e profissionais a respeito da interferência do capitalismo sobre a educação, destacando a relação entre mercado de trabalho e a educação superior. Para tanto, foi necessário examinar a relação entre capitalismo e educação, a partir da análise sobre como o aluno-trabalhador do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, compreende se o mercado de trabalho interfere na sua formação. De forma mais específica, pretendeu-se examinar o contexto socioeconômico do capitalismo contemporâneo e suas relações com a educação; compreender como a interferência do trabalho no capitalismo pode apresentar desafios na educação e, conseqüentemente, na formação dos educandos; conhecer as perspectivas pessoais e profissionais dos alunos-trabalhadores do curso de Pedagogia da UFC, nos aspectos relacionados a trabalho e estudo; analisar concepções de trabalho e educação dos alunos-trabalhadores do determinado curso e caracterizar o trabalho como variável para evasão e permanência de alunos-trabalhadores da pedagogia na UFC. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica na qual recorreremos às análises de Saviani (2007), Luzuriaga (2001), GRAMSCI (1985). O estudo também consistiu na realização de uma pesquisa documental, baseada nos aportes legais sobre a formação de professores e do Pedagogo e, por fim, na execução de uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, do tipo Estudo de Caso, na qual vinte e dois estudantes foram entrevistados. Os dados coletados revelam que a dificuldade de conciliar trabalho e estudo está presente na jornada da maior parte dos discentes respondentes e que medidas para evitar a desistência e evasão destes ainda é pouco discutida no ambiente acadêmico, gerando em boa parcela de estudantes o forte desejo de abandonar o curso.

Palavras-chave: Educação. Capitalismo. Pedagogia. Trabalho.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the personal and professional perspectives regarding the interference of capitalism in education, highlighting the relationship between the job market and higher education. Therefore, it was necessary to examine the relationship between capitalism and education, based on the analysis of how the student-worker of the Pedagogy course at the Federal University of Ceará understands whether the job market interferes with their training. More specifically, it was intended to examine the socioeconomic context of contemporary capitalism and its relationship with education; understand how the interference of work in capitalism can present challenges in education and, consequently, in the formation of students; to know the personal and professional perspectives of the student-workers of the Pedagogy course at UFC, in the aspects related to work and study; to analyze conceptions of work and education of student-workers in a given course and to characterize work as a variable for evasion and permanence of student-workers of pedagogy at UFC. A bibliographic research was carried out in which we used the analyzes of Saviani (2007), Luzuriaga (2001) and GRAMSCI (1985). The study also consisted in carrying out a documentary research, based on legal contributions on the training of teachers and the Pedagogue and, finally, in the execution of a field research, of a qualitative nature, of the Case Study type, in which twenty-five two students were interviewed. The collected data reveal that the difficulty of reconciling work and study is present in the journey of most of the responding students and that measures to avoid their dropout and evasion are still little discussed in the academic environment, generating in a good number of students the strong desire to drop the course.

Keywords : Education. Capitalism. Pedagogy. Job.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Índice de matrículas no ensino público e privado no Brasil.....	31
GRÁFICO 2 – Grau de evasão na rede pública e privada no ano de 2019.....	33
GRÁFICO 3 – Grau de evasão no Estado do Ceará na rede pública e privada no ano de 2019.....	33

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Número de alunos matriculados e ingressantes no Brasil	30
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira.
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência.
MEC	Ministério da Educação
SEMESP	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação
UFC	Universidade Federal do Ceará.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 TRABALHO, EDUCAÇÃO E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.	16
2.1. Concepções de trabalho e educação e o princípio educativo do trabalho.	16
2.2. A influência do capitalismo na educação.	22
3 A INCLUSÃO DO TRABALHADOR-ESTUDANTE NO ENSINO SUPERIOR.	26
3.1. O trabalho como possibilidade de permanência e possível formação de um aluno.	27
3.2. O trabalho como um fator de “ameaça” à permanência do aluno no ensino superior.	30
4 O OLHAR DO ALUNO-TRABALHADOR SOBRE ESTUDO E TRABALHO.	36
4.1. Caracterização da pesquisa e dos sujeitos.	36
4.2. A visão de alunos/as do Curso de Pedagogia da UFC sobre as influências do trabalho em sua formação.	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA.	49

1 INTRODUÇÃO

A educação é um complexo social de extrema relevância para a sociabilidade humana. No modelo capitalista, cujo modo de produção se assenta na divisão do trabalho e na expropriação do conhecimento, a educação se molda, ao longo da história, às necessidades de manutenção e expansão desse sistema. Nesse sentido, a educação escolarizada é atravessada pelos interesses de classe e de expansão dos lucros. A sociedade, por sua vez, é teia de relações, estas que, diante do crescimento do capitalismo e do aumento da divisão do trabalho, se tornaram mais complexas e conflituosas.

Com base nisto, qual influência o capitalismo e, mais especificamente o trabalho nesse modelo econômico, exerce sobre a educação no que se refere aos desafios enfrentados pelos estudantes de ensino superior, em destaque, aqueles do curso de Pedagogia, para sua permanência e formação acadêmica? Esta é a pergunta que determina a direção que os estudos levam para a elaboração deste trabalho.

Percebe-se que essa é uma temática que apesar de sua importância, ainda é pouco discutida, além de possuir insuficiente referencial teórico que aborde a dificuldade dos estudantes em trabalhar e estudar ao mesmo tempo. O que motivou a realização deste trabalho foram aspectos de ordem pessoal, no qual vivenciamos situações desafiadoras presenciadas por nós e por outros alunos/as do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará que necessitam trabalhar durante sua formação acadêmica, o que nos estimulou a conhecer um pouco mais sobre como e que fatores relacionados ao trabalho podem contribuir para a evasão de alunos e prejudicar sua permanência durante o curso.

Este estudo tem como objetivo geral examinar a relação entre capitalismo e educação, a partir da análise sobre como o aluno-trabalhador do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, compreende se o mercado de trabalho interfere na sua formação. De forma mais específica, pretendemos a) examinar o contexto socioeconômico do capitalismo contemporâneo e suas relações com a educação; b) compreender como a interferência do trabalho no capitalismo pode apresentar desafios na educação e, conseqüentemente, na formação dos educandos; c) conhecer as perspectivas pessoais e profissionais dos

alunos-trabalhadores do curso de Pedagogia da UFC, nos aspectos relacionados a trabalho e estudo; d) analisar concepções de trabalho e educação dos alunos-trabalhadores do determinado curso e; e) caracterizar o trabalho como variável para evasão e permanência de alunos-trabalhadores da pedagogia na UFC.

Este trabalho pretende contribuir dando subsídios analíticos para que outras pesquisas nesta mesma temática sejam realizadas, buscando salientar a importância de se compreender cada vez mais o contexto em que os alunos estão inseridos e como isso pode modificar seu caminho e sua formação.

O percurso metodológico adotado consta de uma pesquisa bibliográfica para estudo das temáticas, especialmente, capitalismo, trabalho, educação e formação do Pedagogo. Para explorar esses temas, recorreremos às análises de Saviani (2007), Luzuriaga (2001), GRAMSCI (1985). Realizamos também uma pesquisa documental, examinando aportes legais sobre a formação de professores e do Pedagogo e, por fim, fizemos uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, do tipo Estudo de Caso, na qual entrevistamos vinte e dois estudantes do curso de Pedagogia da UFC. Como técnicas investigativas recorreremos a um questionário aplicado via *google forms* no período de 30 de Maio de 2022 a 13 de Junho de 2022, contendo trinta e oito questões (apêndice 1).

A pesquisa encontra-se dividida em três capítulos. O primeiro capítulo intitula-se “Trabalho, educação e capitalismo contemporâneo”. Nele analisamos as concepções de trabalho e educação a partir dos aportes históricos e conceituais e as influências do capitalismo na educação.

O segundo capítulo, denominado “O trabalho como variável de evasão e permanência no ensino superior”, aborda o trabalho como possibilidade de permanência e possível formação de um aluno e, ainda, o trabalho como um fator de “ameaça” à permanência do aluno no ensino superior.

No capítulo 3, com o título de “O olhar do aluno-trabalhador sobre estudo e trabalho”, fazemos a caracterização da pesquisa e dos sujeitos e trazemos as visões de alunos/as do curso de Pedagogia da UFC sobre as influências do trabalho em sua formação.

2 TRABALHO, EDUCAÇÃO E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.

O ser humano, em sua existência, tem como característica a condição e a capacidade de produzir ou modificar alguma coisa, estando este condicionado à necessidade de produzir material para dar continuidade ao seu ato de existir. Diferenciando-se dos animais, o homem precisa adequar a natureza às suas demandas, percebendo que ao criar seus meios de produção, será capaz de transformar e aprimorar sua essência. Saviani destaca que,

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2007, p.154)

Este processo histórico que age sobre a complexidade da natureza humana e sua busca pela existência efetiva chega a compreensão de que o ato de produzir para sua existência nada mais é do que a original produção do trabalho, na qual o homem, ao lidar com a natureza, estaria aprendendo a trabalhar por seu próprio processo de trabalho e aprendizagem. É importante buscar entender a evolução do trabalho e da educação ao longo do tempo histórico, as concepções existentes sobre esses dois complexos sociais, sendo necessário levar em consideração o valor que estes exercem sobre a sociedade capitalista. É disto que trata este capítulo.

2.1. Concepções de trabalho e educação e o princípio educativo do trabalho.

Quando se procura compreender os conceitos de trabalho e educação faz-se necessário analisar os aportes conceituais sobre essas duas categorias.

Segundo Saviani, “a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos.” (SAVIANI, 2015, p. 286)

Não há como citar o ato de educar sem fazer referências ao trabalho, pois ambos possuem uma relação em comum. Para Marx (2008), o trabalho é uma ação na qual o homem exerce sua atividade sobre a natureza, visando satisfazer os seus carecimentos, esses que devem ser determinados de acordo com cada período histórico. Marx determina que ao analisar o trabalho como atividade humana, chega-se a finalidade de que este "é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais." (MARX, 2008, p.218).

Desde os primórdios da existência humana, ainda no comunismo primitivo, já se observava uma relação entre trabalho e educação, pois os homens, ao produzir sua existência através do manuseio da natureza, desenvolviam uma forma de aprendizagem para a experiência do trabalho ser efetiva e, desta maneira, passavam para seus descendentes o que haviam aprendido, gerando, assim, uma transmissão de conhecimento, educando para dar continuidade.

No início da história, no comunismo primitivo, não existiam classes sociais, todas as ações e propósitos eram para o coletivo, tanto o processo de trabalho como o de educação tinham o propósito de levar o bem comum para a tribo. Porém, com o avançar dos tempos, houve a ruptura das comunidades antigas e o surgimento da propriedade privada e do capital. Nesse período surgem a classe dos proprietários de terra e a dos que não a possuíam, tal ação ocasionou a divisão de classes e, em consequência, a divisão do trabalho.

Saviani (2007) destaca que, seguindo a lógica na qual a humanidade necessita do ofício para sua existência, não seria “possível o homem viver sem trabalhar”, entretanto, devido a divisão das classes através da apropriação privada de terra, passou a existir a classe que já não mais precisava se utilizar do seu próprio trabalho, explorando dos não proprietários o dever de trabalhar para manter seus padrões de existência. A partir desta divisão do trabalho surgiu, em decorrência, a também divisão no campo educacional.

Na Roma e Grécia antiga surgem os primeiros modelos de produção no qual o homem passa a ser caracterizado como seres dominantes e dominados. Desta forma, a educação passou a ser identificada como uma pedagogia para

homens livres, baseada em ensinamentos intelectuais e, em contrapartida, a educação para a classe dominada pautada na transmissão do processo de servidão.

Mas, o que realmente deve ser compreendido como conceito de educação? Luzuriaga (2001) entende que esta tem um papel capaz de exercer na sociedade a ordem sistemática de formar e determinar o caminho de crianças e adolescentes. Já para Weber, a educação se dá através de duas finalidades: seja para formar o estudante para uma conduta de vida, educando um ser para uma conduta de formação ampla e humanista ou uma educação que forme o indivíduo através da transmissão de conhecimentos específicos, que tenha o intuito de formar um homem mais especializado, que busca apenas uma boa condição hierárquica e não sua liberdade. Para Durkheim, a aprendizagem, ou seja, a educação devia ser instrumento de transmissão obrigatória de gerações, exercida pelas gerações mais antigas sobre as mais novas, com a finalidade de prepará-los para a vida social, pois para ele a educação é o processo de socialização na qual todos devem passar.

Porém, “a educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre, passa a organizar-se na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho.” (SAVIANI, 2007, p.156) Vê-se, pois, que antigamente a educação de forma livre, era para o homem da classe dominante, esse que estudava para se inserir na sociedade versado de cultura e intelecto, enquanto o homem dominado era servido de uma educação para escravos, que ocorria longe da escola, no campo laboral.

Com a ruptura da ligação entre trabalho e educação, conseqüentemente surge a escola com uma nova roupagem, essa, por sua vez, carregando o papel de levar aos seus uma pedagogia intelectual, capaz de formar grandes líderes, pessoas que com o estudo da oratória exerceriam o ato de mandar, seja em detrimento militar ou político. Conseqüentemente, com a divisão das formas de educação, também surge a divisão do trabalho, na qual os trabalhadores passam a exercer funções baseadas em suas habilidades e características.

Com o sistema de produção capitalista a todo vapor, a divisão de trabalho passa a servir como uma forma de se obter a mais-valia, ou seja, uma divisão que proporcione aos detentores dos meios de produção, o aumento de seus lucros, sem pensar no trabalhador individual ou em como este passou a ser sobrecarregado pelo sistema com a intenção de apenas gerar produtividade e faturamento, deixando de lado a aquisição de uma educação de qualidade e emancipadora.

A educação, de acordo com Marx e Engels, é capaz de possibilitar que o sujeito organize-se diante de sua cultura e aumente seu nível de intelecto. Por sua vez, esta traz consigo além de uma nova reflexão, no que diz respeito à sua importância para a contribuição na formação do homem, também evidencia a força motriz que proporciona para a emancipação do indivíduo. “A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais em diversos níveis” (GRAMSCI, 1985, p. 9) Diante disso, transformar o intelecto do homem faz parte da função do trabalho e da educação. Sendo assim, a relação entre estes elementos, para estes pensadores, é abordar o trabalho como um princípio educativo.

Assim, entendemos que o trabalho faz parte da história do sujeito e isso nos faz enxergar que a educação deve seguir a linha para o trabalho histórico-ontológico. Entretanto, Tonet (2012) explica a necessidade de se compreender a diferença entre o trabalho que traz significado ao homem, daquele que é criação do capitalismo.

Ao contrário do trabalho enquanto criador de valor-de-uso, o trabalho como criador de valor-de-troca tem uma existência muito recente. Ainda que existisse, em formas muito embrionárias e dispersas, na antiguidade, ele só emergiu, como elemento nucleador de uma forma de sociabilidade, com a sociedade capitalista. Deste modo, é historicamente falso confundir trabalho como gerador de valores-de-troca e pressupor que esta forma de trabalho é uma determinação essencial do ser social. (TONET, 2012, p. 15)

Entendimento esse que vem sendo discutido desde que se passou a analisar as políticas públicas que visavam observar os interesses do capital, este que mensura o valor do indivíduo com base na sua força de trabalho. Deste modo, a educação passa a ser fonte de esperança para desenvolver na sociedade formas de combate à exploração do proletariado.

Gramsci, em seus estudos, aborda a perspectiva de uma escola voltada para educação da classe trabalhadora, uma que fosse “[...] única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equitativamente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual” (GRAMSCI, 1978, p. 118). Porém, a educação escolar, sob o manto capitalista da sociedade dividida em classes, passa a ser uma educação organizada em prol do capitalismo, na qual o homem deve suprir as exigências do mercado de trabalho.

Com base nos requisitos expostos pela nova organização do trabalho, surge a ruptura dos tipos de mão de obra, ocorrendo, então, a divisão entre o manual e o intelectual. Segundo Saviani (2007), essa divisão acabou alterando o currículo escolar, de forma que, ao procurar um emprego, o indivíduo deveria possuir o mínimo de instrução para poder manusear o maquinário fabril. Com o avanço da industrialização, além das exigências trabalhistas, acentuou-se a exploração da classe trabalhadora, incluindo a força de trabalho feminina e a empregabilidade do trabalho infantil.

Lombardi (2010) destaca que o trabalho infantil esteve presente em diversos momentos históricos, porém o seu ápice ocorreu durante a revolução industrial. E foi através desta forma de exploração infantil, além dos demais trabalhadores, que a classe dominada se pôs contra a dominante, manifestando, como em outros períodos históricos, movimentos de resistência. Assim, passou-se a ser aplicada algumas leis sociais e, conseqüentemente, a retirada das crianças do chão de fábrica. Com estas fora do campo laboral, acendeu-se o pensamento sobre o que deveria ser feito para ocupar o tempo destas que não mais geram lucro, mas não deixavam de ser possíveis mãos de obra para o futuro.

Intensifica-se, assim, a divisão escolar, na qual ocorre a segregação das escolas próprias para a educação da futura classe operária e a escola responsável por ensinar os intelectuais. A primeira escola voltada para um ensino geral, que possuía o intuito de levar ao indivíduo uma formação geral e a segunda que visava transformar seus alunos em futuros dirigentes, agentes protagonistas.

Ao pensar no ensino dos intelectuais, sendo aqueles que possuem envolvimento com a classe dirigente ou participantes do movimento a favor da classe trabalhadora, torna-se possível fazer relação com a formação do docente e a função que este gera na sociedade. O pedagogo, no seu papel de intelectual orgânico¹ carrega consigo o dever de abordar em seus educandos a consciência social e cultural do contexto em que este esteja inserido. O formador, além de direcionar seus ensinamentos para uma formação humanizada, poderá fazer uso da dialética e trazer problemas sociais para a reflexão e assim alcançar a compreensão

¹ Intelectual orgânico é uma categoria desenvolvida por Gramsci que se refere aos “grupos pensantes que toda classe produz 'organicamente' a partir de suas próprias fileiras. Gramsci ansiava por ver formarem-se mais intelectuais da classe operária”. (BOTTFMORE, 2001, p.195)

através de uma prática. Para Cabrera e Jiménez, o pensamento não sofre muitas diferenciações.

A autonomia e a participação do professorado em funções conceituais, por outra parte, não se vêem totalmente anuladas, porquanto são exigências que derivam da própria configuração do trabalho docente como um trabalho que se realiza com seres humanos [...], que se dá concretamente em salas de aula separadas onde o docente trabalha sozinho, e onde sua autoridade se apóia em critérios de legitimidade relativos à sua suposta "superioridade intelectual" com relação ao alunado. (CABRERA E JIMÉNEZ, 1991, p. 200-201)

Considerar que o professor possui autonomia para elaborar sua metodologia, assim como escolher qual atividade e conteúdo é necessário para se trabalhar com seus alunos, faz-se pensar em como o docente pode ser agente a favor da hegemonia da trindade econômica, política e social ou contra ela. O poder de perpetuar a dominância da classe superior contra a classe inferior passa também pelo trabalho educativo, o pedagogo, ao utilizar de seus recursos pedagógicos e suas reflexões acerca da realidade social, cria uma ponte que faz a ligação capaz de levar ao aluno a compreensão do real e a consciência que permite ao indivíduo alcançar a emancipação do modo de produção que esteja inserido.

O pedagogo ao assumir seu papel de intelectual orgânico irá exercer o seu propósito de elevar o nível intelectual da massa, a partir de diferentes concepções ele irá articular o campo social e escolar para que estes se integrem, a fim de revelar uma nova concepção.

Os intelectuais orgânicos, [...] são os intelectuais que fazem parte de um organismo vivo e em expansão. Por isso, estão ao mesmo tempo conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade. Ao fazer parte ativa dessa trama, os intelectuais "orgânicos" se interligam a um projeto global de sociedade e a um tipo de Estado capaz de operar a "conformação das massas no nível de produção" material e cultural exigido pela classe no poder (SEMERARO, 2006. p. 185).

Desse modo, é preciso reconhecer que este processo de alavancar a cultura da massa está ligado às relações pedagógicas e assim sucessivamente à concretização do princípio educativo do trabalho. Entendendo que através de um movimento revolucionário, com uma nova percepção a respeito do currículo

acadêmico/escolar e da comunidade, que desta fazem parte, é que será possível compreender como é importante tratar sobre as formas que possibilitam um indivíduo utilizar o trabalho como fonte de consciência, sendo a universidade um precursor para oferecer ao Trabalhador-estudante conhecimentos e experiências para a área educacional.

2.2. A influência do capitalismo na educação.

O capitalismo move as formas de produção, à vista disso, ele rege também o processo do trabalho, em todos os sentidos. Dave Hill, traz em seu estudo que

O princípio fundamental do capitalismo é a santificação do lucro privado (ou corporativo) baseado na apropriação do trabalho excedente (o tempo de trabalho não pago) definido como o valor excedente da força de trabalho. É uma crença e prática da exploração de classe (também influenciados pela raça e o gênero), a exploração pela classe capitalista daqueles que fornecem os lucros de seu trabalho: a classe trabalhadora nacional e internacional. (HILL, 2003, p. 26)

A forma que antigamente a indústria tinha para explorar a força do trabalho não deixou de perdurar ao longo do tempo, porém, os métodos de produção foram sendo substituídos e dando lugar a mudanças com o intuito de melhorar o sistema produtivo.

Quando buscamos analisar a influência do capitalismo na educação, analisamos também o “controle do comportamento, desenvolvimento da personalidade mediante reforço, controle dos estímulos, entre outras.” (SILVA, 2014, p. 7) O modelo ideal de pedagogia para esse contexto era a escola tecnicista, que tinha como intuito formar o indivíduo sem deixar de exercer o controle de seu comportamento e objetivando, através de um ensino técnico, atender as demandas da sociedade e do capitalismo.

O sistema produtivo do capitalismo que gerou impacto acentuado na formação dos indivíduos foi o Taylorismo, este que é um sistema de produção baseado nos princípios organizacionais, que tem como fundamento a organização do trabalho. Nele a educação era e é² destinada a ser organizada para manter a eficiência.

Neste modelo de produção, além do favorecimento de acumulação do capital proporcionado pela produção em massa, é muito evidente a separação do trabalho e como o trabalhador era obrigado a ter seu conhecimento limitado, fragmentado, reforçando a dominação sobre a classe operária, devendo esta seguir apenas as regras da direção, sendo encarregada “de receber todos os elementos que, no passado, estavam na posse dos operários, de classificar essas informações, de as sistematizar e destes conhecimentos deduzir regras, leis e fórmulas.” (CORIAT, 1985, p. 90-91)

Com uma nova proposta, seguindo o modelo Taylorista, é posto em prática o modelo de produção fordista, que cresceu e consolidou ainda mais a dominação da classe trabalhadora, no qual o mesmo passou a ser escravo do fordismo com sua cadeia de montagem e exigência de um desempenho longo sem descanso. Buscou-se, a partir desse controle, formar homens ideais, estes que deveriam se adequar aos novos métodos que o capitalismo industrial necessitava. (SILVA, 2014)

Diferenciando-se do Fordismo, o modelo Toyotista surge com a intenção de operar com trabalhadores versáteis, capazes de desenvolverem múltiplas funções para a produção diversificada e focada em nichos específicos de mercadorias. Tal modelo prega que seus funcionários disputem por uma vaga ou elevação de cargo, fazendo com que a educação perfeita para esse processo fosse constituída pela flexibilidade de se ensinar conteúdos gerais, preparando o indivíduo para exercer a polivalência. (SILVA, 2014)

² Destacamos o fato de que, embora o capitalismo na atualidade se apoie em processos de produção flexível, ainda existem muitos formatos esteirados no modelo taylorista-fordista. Na educação escolar ainda hoje existem heranças desse modelo que tem no tecnicismo o corolário da influência do mercado sobre a educação. Essa influência se expressa, entre outras manifestações, no processo de rankiamento e meritocracia escolar.

Nesse contexto, ao analisar a Teoria do capital humano³, que apresentou um novo significado depois da crise de 1970 e sua relação entre a força de trabalho e a educação, percebe-se que a formação do indivíduo passou a ter como objetivo habilitar estes a competir no mercado de trabalho, deixando o estudante responsável a atingir um certo patamar para garantir um emprego, no qual, diante da situação da economia e da escalada de desemprego atual⁴, não há perspectivas positivas.

Observa-se que apesar de existir uma educação, esta é voltada apenas para a empregabilidade, não ao ensino crítico e à sua emancipação. De acordo com Silva (2014),

A emancipação transcende o plano particular. Sendo assim, a autonomia, a emancipação não podem se realizar no âmbito individual sem que antes esteja dada como conquista social. As relações sociais, além de afetar as condições da produção econômica e material, interagem no plano da subjetividade, onde originam relações de dominação. (apud ADORNO, 1995, SILVA, 2014, p. 10)

E como deve-se pensar numa educação que respira os mesmos “ares” que o capitalismo e qual deverá ser a sua importância diante do processo de tomada de consciência sobre o mesmo? O poder que a educação pode exercer sobre o regime capitalista é baseado na sua capacidade de gerar grandes mudanças no processo do trabalho, conseqüentemente na força vital do sistema do capital, a força de trabalho, que é constituída por indivíduos que passam pela escola e são formados por professores que os ensinam conhecimentos, habilidades e competências técnicas.

³ Com base nos estudos do teórico Theodore W. Schultz, que em meados dos anos de 1950, na Universidade de Chicago, formulou a ideia do capital humano. De início, tal teoria tinha o propósito de explicar os ganhos do setor produtivo ligado ao fator humano, chegando a conclusão de que associado ao trabalho humano a educação era possível elevar a produtividade, sendo assim aumentar o lucro do capital. O trabalho e o capital transformam-se em meros “fatores de produção”.

⁴ No momento em que esta pesquisa está em curso, o Brasil atinge altos patamares de desemprego decorrentes de grande desestabilização da economia provocada, de um lado, pela crise sanitária da Covid-19 e, de outro, pela profunda crise política e econômica do governo de Jair Bolsonaro (2018-atual). Segundo dados do IBGE, a taxa de desemprego no Brasil é de 11,2% em fevereiro e ainda atinge 12 milhões de brasileiros.

Por este motivo, há um grande alvoroço quando se trata de propor uma educação emancipatória. Hill afirma que o “Estado capitalista tentará destruir qualquer forma de pedagogia que tente educar os estudantes sobre seu verdadeiro predicamento.” (p.27) Isso decorre pelo fato de que, com a criação de uma tomada de consciência por parte da classe trabalhadora, geraria um caos no funcionamento dos meios de produção e, assim, uma ruptura na atual forma dominante do capitalismo.

Quando aprofundamos o estudo sobre a emancipação do homem, o filósofo Adorno, em sua obra Educação – Para que?(2003), define o processo da educação como a base que fortalece o homem para se adquirir coragem e sabedoria para utilizá-la ao nosso favor diante da luta pela emancipação, pois a práxis educativa é um dos caminhos para alcançar a mesma. Nesse sentido,

A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo. Porém, ela seria igualmente questionável se ficasse nisso, produzindo nada além de well adjusted people, pessoas bem ajustadas, em consequência do que a situação existente se impõe precisamente no que tem de pior. (ADORNO, 2003, p. 143)

Pensar em como esse processo ocorreria na prática faz ressaltar como seria um procedimento excessivo de se colocar durante a realidade, Adorno complementa:

Tenho a impressão de que, por mais que isto seja almejavél, tudo ainda se dá excessivamente no âmbito institucional, sobretudo da escola. Mesmo correndo o risco de ser taxado de filósofo, o que, afinal, sou, diria que a figura em que a emancipação se concretiza hoje em dia, e que não pode ser pressuposta sem mais nem menos, uma vez que ainda precisa ser elaborada em todos, mas realmente em todos os planos de nossa vida, e que, portanto, a única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia para a educação seja uma educação para uma contradição e para uma resistência. (ADORNO, 2003, p.182-183)

Entretanto, não basta apostar na disposição para exercer essa coragem e a não mais servidão, propondo levar a conscientização aos mais jovens, através do ensino com base na reflexão, para que não mais sejam levados ao engano dos

mecanismos que o capitalismo apresenta, que tal processo de emancipação torna-se possível.

A emancipação completa só pode se dar numa sociedade livre das amarras do capital. Sem a ruptura definitiva com os pilares de sustentação deste sistema – a propriedade privada, a divisão de classes e a divisão social do trabalho –, a educação apenas pode contribuir com atividades educativas emancipatórias, cujas bases estejam apoiadas na consciência de classe (TONET, 2001).

3 A INCLUSÃO DO TRABALHADOR-ESTUDANTE NO ENSINO SUPERIOR.

Segundo o artigo 208, inciso V, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado proporcionar o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”. Assim, para que se concretize este direito à educação superior, se faz indispensável oferecer um ensino de qualidade em instituições que priorize o acolhimento da classe trabalhadora, não apenas os inserindo, mas os aproximando dos saberes acumulados e produzidos pela universidade em sua totalidade.

Para compreender a realidade destes alunos se faz necessário entender o conceito de trabalhador-estudante. Furlani (1998) expõe as definições de Romanelli (1994) que busca diferenciar estes estudantes, seja pela sua atividade remunerada ou se há uma dependência financeira. A autora, compreende que existem três tipos de estudantes: o que estuda em tempo integral, o que estuda e trabalha, porém recebe suporte financeiro da família e, por fim, o trabalhador-estudante que trabalha e não possui auxílio financeiro de familiares, sendo muitas vezes contribuinte da renda familiar. Furlani (1988) complementa que para esta última classe de indivíduos, “estudar é um projeto que depende unicamente de sua disposição pessoal, de suas aspirações e recursos financeiros, embora às vezes, venha acompanhado de incentivo da família” (FURLANI, 1998, p. 41).

Já analisando a perspectiva de Filho e Raphael (2009), o trabalhador-estudante é o sujeito que tem como sua atividade fundamental o trabalho. Contudo, para este indivíduo, boa parcela do seu tempo deve ser designada para sua formação no ensino superior, pois este “busca através de um curso de graduação, a complementação de conhecimentos, ou mesmo, um diploma para aprimorar sua qualificação profissional ou para ascender na empresa em que trabalha” (FILHO e RAPHAEL, 2009, p 47)

Frente a esses conceitos, conseguiremos compreender e definir que independente do período, turno de estudo a ser observado no ensino superior, há pessoas que enxergaram a esperança de articulação entre trabalho e estudo, utilizando a conclusão neste nível de ensino para uma possível valorização da formação profissional, visando um crescimento e aprimoramento de seu currículo, mesmo que o sujeito seja colocado em diversas circunstâncias que provoquem desgaste físico e emocional.

Neste capítulo discutiremos os limites e possibilidades dos que trabalham, cursarem um ensino superior e em que medida o trabalho se constitui um fator de permanência ou mesmo de evasão escolar.

3.1. O trabalho como possibilidade de permanência e possível formação de um aluno.

O ato de trabalhar e estudar carrega consigo o peso de um dilema que consiste na condição de estudar para encontrar um emprego e ter um trabalho para sobreviver. Siqueira (2007, p. 227) destaca que a necessidade de trabalhar e estudar é contraditória, que muitas vezes evidencia a sua significância para aqueles que trabalham e buscam sobreviver. Porém, é através da relação com o trabalho que o homem consegue compreender sua realidade para desta maneira transformá-la. Freire (1979, p. 30) fala que: “quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e de suas circunstâncias.”

O aluno que inicia sua jornada de trabalho com o intuito de custear suas despesas sejam pessoais, acadêmicas ou familiares, sem desta forma afetar sua permanência em sala, para assim concluir sua formação, deverá ponderar o desafio que se apresentará para conciliar ambos os aspectos. Sabe-se que somente o exercício teórico não é capaz de fornecer uma aprendizagem eficiente, precisando inserir na educação dos formandos a prática. Barreiro e Gebran (2006, p. 22) afirmam que com a relação entre ambos os processos é possível uma formação de qualidade, em que o aluno poderá investigar e buscar as respostas necessárias para as dúvidas e contradições vividas em sala.

Unir a experiência de teoria e prática, seja para cumprir a carga horária necessária para formação acadêmica ou para ter uma remuneração para custear suas despesas, é através dessa ação que o discente irá criar a sua identidade profissional. A esse respeito, Pimenta (1999) afirma:

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão, da revisão constante dos significados sociais da profissão, da revisão das tradições. Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque preñes de saberes válidos às necessidades da realidade. Do confronto entre as teorias e as práticas, da construção de novas teorias. Constrói-se, também pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente em seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor. (PIMENTA, 1999, p. 45)

A educação, com seu caráter permanente, contínuo e formativo, apresenta consequências a partir da ação docente, durante a execução do trabalho do professor quando lhe é requerida a habilidade de unir e desenvolver os diversos conhecimentos teóricos à prática social e científica, fazendo junção à formação para o mercado de trabalho. Assim, conseguimos observar a importância do papel do professor para a permanência do aluno-trabalhador em sala de aula. Tanto a universidade, quanto os docentes devem considerar as especificidades de cada indivíduo e encontrar soluções para auxiliar esses alunos a superarem as dificuldades para, dessa forma, concluírem o curso.

Nesse sentido, a formação do aluno em geral deve ser pensada de forma que haja possibilidade de articular os aspectos sociológicos, epistemológicos, filosóficos, metodológicos e didáticos. Em conformidade com a possibilidade dessa

ampla formação, é imprescindível que nas universidades, mais especificamente, nos cursos de formação de professores, sejam oferecidas práticas pedagógicas, com orientação para a qualificação profissional dos indivíduos.

Além do estágio supervisionado que faz parte do currículo acadêmico para o desenvolvimento dos discentes e possibilita que estes sejam capazes de reconhecer novas estratégias, solucionar situações e trabalhar sua criticidade com base no raciocínio e autonomia, há também iniciativas como o PIBID, Programa Institucional de Iniciação à Docência, um projeto que concede o auxílio de bolsas para alunos dos cursos de licenciatura ter a prática de iniciação à docência.

Este projeto tem como um de seus objetivos proporcionar, através da inserção de licenciandos na prática escolar da rede pública, a possibilidade de participação de alunos nas experiências que rodeiam as práticas docentes, para que, desta forma, estes possam vivenciar, refletir e compreender os problemas que ocorrem durante o processo de ensino aprendizagem.

Ademais, a Universidade Federal do Ceará possui outra atividade didático-pedagógica sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola, o Programa de Residência Pedagógica. Ambos os programas coordenados pela Capes fazem parte da Política Nacional que tem como objetivo assegurar aos egressos dos cursos de licenciatura competências e habilidades como de aprender, observar e problematizar com um olhar crítico, a fim de buscar soluções que proporcione a efetivação e possibilidade de um ensino de qualidade na educação básica onde pretendem atuar.

Embora programas como PIBID e Residência Pedagógica ocupem lugar de relevância na formação de pedagogas/os, propiciando-lhes condições de exercício docente e de reflexão permanente sobre suas práticas pedagógicas, merece evidenciarmos os constantes ataques dos governos de Michel Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-atual) sobre esses programas e sobre a própria educação.

É interessante destacar que a/o estudante, além destas iniciativas citadas acima, na qual a universidade oferece, pode também ter um estágio não obrigatório ou possuir vínculos empregatícios em outras áreas. Tais experiências não devem ser descartadas, pois estas vivências do trabalho podem influenciar de formas positivas o sucesso da/o aluna/o. A formação se torna completa quando a/o discente consegue compreender melhor os conteúdos passados em sala de aula,

favorecendo o elo entre o conhecimento construído durante a vida acadêmica e a experiência real, quando os coloca em prática no ambiente escolar.

Mas, mesmo que o trabalho se constitua como importante mediação para o aprendizado e favoreça o desempenho do/a estudante pedagoga/o durante sua graduação, pode também ser um forte empecilho para a aprendizagem, inclusive comprometendo sua permanência no curso. Trataremos desta questão a seguir.

3.2. O trabalho como um fator de “ameaça” à permanência do aluno no ensino superior.

Na década de 1960 verificou-se o aumento da oferta de vagas para ingresso no ensino superior, com base nesse crescimento o acesso de indivíduos das classes médias predominou. Cunha (2000, p. 192), afirma que “[...] tal expansão implicou a mudança da composição social tanto do alunado quanto do professorado. Aumentou significativamente o contingente de alunos com idade mais elevada, de trabalhadores em tempo parcial ou integral.”

Com o objetivo de coletar e oferecer informações estatísticas confiáveis, o Censo da Educação Superior permite as autoridades e a sociedade conhecer e acompanhar o sistema brasileiro de educação superior. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), anualmente, divulga estes dados que possibilitam saber a quantidade de matrículas, ingressantes e concluintes de cada ano. É através dessas informações que se torna possível compreender o aumento considerável da procura por uma formação acadêmica no Brasil. Segundo os últimos censos divulgados é evidente esta expansão.

TABELA 1 - Número de alunos matriculados e ingressantes no Brasil.

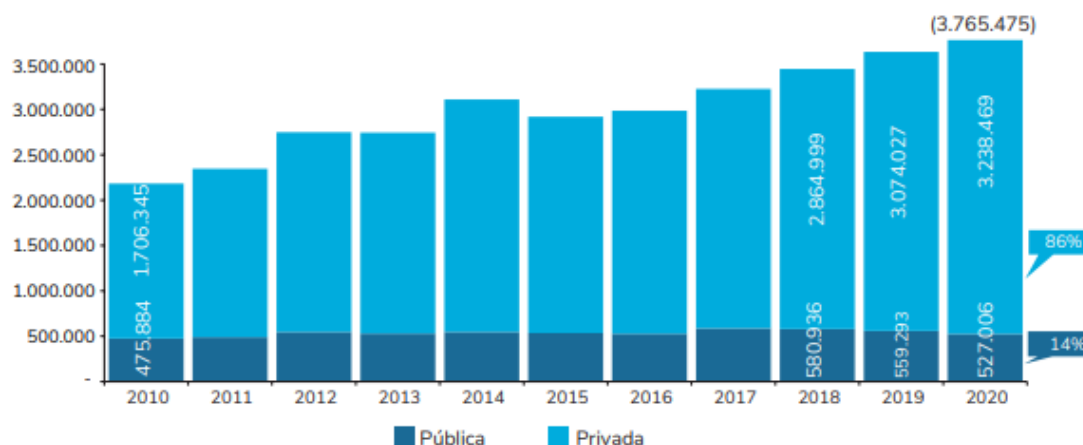
Graduação			
Ano	Matrículas	Ingressantes	Concluintes
2010	6.379.299	2.182.229	973.839
2011	6.739.689	2.346.695	1.016.713
2012	7.037.688	2.747.089	1.050.413
2013	7.305.977	2.742.950	991.010
2014	7.828.013	3.110.848	1.027.092

2015	8.027.297	2.920.222	1.150.067
2016	8.048.701	2.985.644	1.169.449
2017	8.286.663	3.226.249	1.199.769
2018	8.450.755	3.445.935	1.264.288
2019	8.603.824	3.633.320	1.250.076
2020	8.680.354	3.765.475	1.278.622

Fonte: Mec/Inep; Tabela elaborada pelo Inep

Entretanto, estes dados são gerais e ao observar o crescimento do acesso destes alunos à graduação, nota-se que entre os anos de 2019 e 2020, houve uma queda no número de ingressantes na rede pública (-5,8%). Embora o ensino privado⁵ venha conquistando maior índice de matrículas. Segundo o Ministério da Educação, as matrículas na rede pública cresceram 10,7% neste mesmo período.

GRÁFICO 1 - Índice de matrículas no ensino público e privado no Brasil, de 2010 – 2020.



Fonte: Mec/Inep; Censo da Educação Superior 2020

Em 2020, mais de 80% das vagas ofertadas para os cursos de graduação em instituições federais foram preenchidas, sendo considerado um bom índice. Cabe destacar que, de acordo com o censo, tal aumento também se deve ao fato da

⁵ “No Brasil, 87,6% das instituições de educação superior são privadas. Há 304 IES públicas e 2.153 privadas. Em relação às IES públicas, 42,4% estaduais; 38,8% federais e 18,8% municipais. A maioria das universidades é pública e entre as IES privadas, predominam as faculdades.” (SANTOS; JACOBS, 2022)

maior procura ser por cursos de ensino a distância e por cursos noturnos. Tais aspectos devem ser levados em consideração devido a intensificação da classe trabalhadora em buscar uma formação superior.

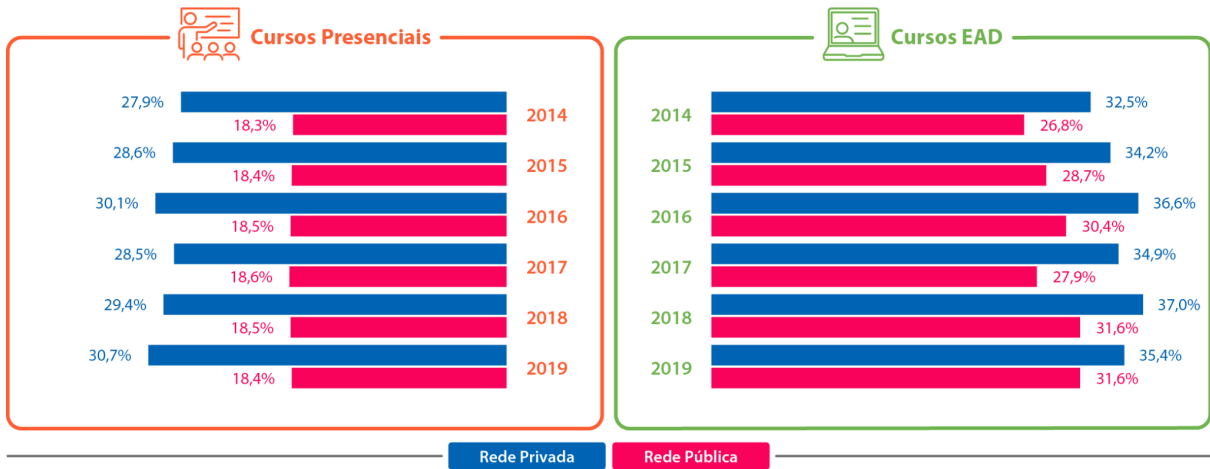
Os números são reveladores para expressar o quanto a classe trabalhadora esteve e está alijada das melhores oportunidades educacionais. Cursos a distância e cursos noturnos acabam sendo as opções que estudantes têm dada à necessidade destes de trabalharem para seu sustento próprio e de suas famílias, assim, acabam sendo excluídos de cursos que demandem dedicação de tempo integral. Não se trata, portanto, de uma escolha educacional desses estudantes, mas de buscarem a única alternativa que lhes parece viável, diante das duras condições de vida e de trabalho que lhes são possíveis.

A chegada à universidade traz consigo, além da expectativa de continuação dos estudos, a não garantia de permanência e conclusão do ensino superior. Em alguns casos, os alunos que saem do ensino médio, sejam estes oriundos do ensino regular ou da Educação para Jovens e Adultos, ao ingressarem no ensino superior, encontram um caminho desafiador para completar a sua formação.

De imediato, estes se deparam com os desafios que se apresentam para a sua permanência na universidade, com obstáculos que influenciam e os fazem assumir responsabilidades que se chocam durante o percurso de sua formação. Dificuldades estas que ocasionam uma possível desistência, seja pela não adaptação às estruturas da universidade ou por não conseguirem aguentar o ritmo de trabalho e faculdade.

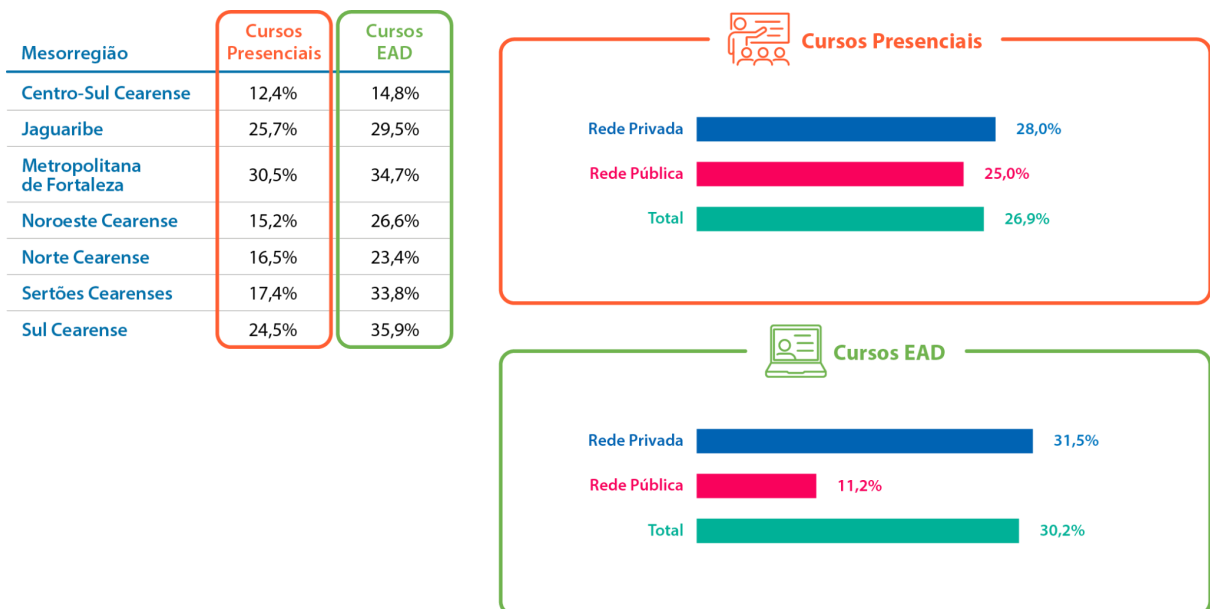
De acordo com o Mapa do Ensino Superior no Brasil, o número de evasão tanto na rede pública ou privada, em nível nacional, vem oscilando a cada ano, como mostra o primeiro gráfico. Já no segundo, a Semesp buscou avaliar o grau de evasão no Ceará durante o ano de 2019.

GRÁFICO 2 - Grau de evasão na rede pública e privada no ano de 2019.



Fonte: Instituto Semesp

GRÁFICO 3 - Grau de evasão no Estado do Ceará na rede pública e privada no ano de 2019.



Fonte: Instituto Semesp

Na busca de compreender o motivo desta evasão o trabalho, frequentemente, acaba influenciando na continuidade do curso universitário. Para estes alunos-trabalhadores se faz necessário que eles possuam muito esforço para persistir com seus estudos. Almeida (2007), assinala que

Junto a tudo isso, destaca-se um grande esforço, um esforço descomunal, marcado por sacrifícios de naturezas diversas, como conciliar trabalho e estudos, estudar nas férias, aos sábados, fazer cursinho após jornada de trabalho integral, ler no ônibus, aproveitar o pouco tempo que sobra para estudar. (ALMEIDA, 2007, p. 41)

Percebe-se o grau de dificuldade e a rigidez que muitas vezes as instituições impõem para estes alunos quando a maioria tem suas características fixadas na falta de condições tanto objetivas como subjetivas. A ausência de condições objetivas é de ordem material, como a própria necessidade de trabalhar para sobreviver e, forçados a uma escolha, acabam optando por abandonar o curso superior para trabalhar, porque o trabalho consiste na sobrevivência material direta sua e de seus familiares. Entre as condições subjetivas que levam ao abandono, destaca-se, como mencionou Almeida (2007), a própria exaustão emocional que o aluno vai acumulando das sucessivas vezes que tem que se dividir entre o trabalho e o estudo. Ambas as situações acabam precarizando a qualidade de aprendizagem para os sujeitos que trabalham e estudam. Dessa forma, podemos entender que de fato há uma exclusão que ocorre no interior das instituições, na medida em que esses alunos trabalhadores são tratados na mesma condição inflexível que demais alunos. Há autores e estudos que abordam a exclusão dos indivíduos das classes mais baixas que necessitam de um aporte financeiro e acabam unindo o trabalho ao estudo.

Bourdieu e Champagne (2001) já citavam que “a escola exclui, como sempre, mas ela exclui agora de forma continuada, a todos os níveis de curso, e mantém no próprio âmago aqueles que ela exclui, simplesmente marginalizando-os nas ramificações mais ou menos desvalorizadas” (BOURDIEU e CHAMPAGNE, 2001, p. 485). A exclusão passa a ser real e evidencia a falha na democratização no processo de inserção da classe trabalhadora, fazendo com que estes estudantes sejam diferenciados dos demais.

Ademais, é preciso também destacar que os desafios que são postos na condição de estudante, também se colocam na condição de trabalhador. Além do ensino precarizado, há, ainda, o trabalho precarizado, no qual esse estudante se submete a extensas e desgastantes jornadas de trabalho e lhes sobra muito pouco tempo e baixas condições físicas e emocionais para se dedicarem aos estudos. Falamos de tarefas diárias extenuantes, de uma rotina laboral que promove grande desgaste ao aluno-trabalhador, afetando significativamente sua condição de concentração, de raciocínio e, portanto, seu desempenho acadêmico.

Dessa forma, é fundamental que sejam criados mecanismos que auxiliem esta classe a vivenciar a vida acadêmica, para assim possibilitar que as/os alunas/os participem integralmente do curso e das atividades acadêmicas, tendo um aproveitamento maior e efetivo. Só abrir as portas da universidade ainda não é o bastante para democratizá-la à classe trabalhadora, é necessário que sejam implantadas políticas que prestem auxílio, através de uma séria, contínua, justa e eficiente política de assistência estudantil, que propicie melhores cenários para a permanência. Para Arroyo (1991), as universidades deveriam ser flexíveis e polivalentes, de maneira que seus cursos e seu currículo estejam em diálogo a fim de possibilitar a reflexão e formação científica do indivíduo.

Um aspecto de extrema relevância nesse debate é compreender que a luta por melhores condições de acesso e permanência à educação, no caso em estudo, a educação superior, deve ser conjunta com a luta por profundas modificações no mundo do trabalho. Não é possível pensar em democratizar a educação das classes trabalhadoras, em propiciar-lhes ensino de qualidade, esteirado na socialização dos saberes científicos produzidos pela história, sem lutar contra a precarização do trabalho, contra a alienação permanente nas atividades laborais.

No capítulo a seguir, analisaremos quais concepções os estudantes entrevistados têm sobre as influências do trabalho sobre o ato de estudar na universidade.

4 O OLHAR DO ALUNO-TRABALHADOR SOBRE ESTUDO E TRABALHO.

Com o intuito de apresentar uma boa análise que facilite a compreensão do objetivo desta pesquisa, os resultados têm como base a amostra composta por alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, estes que possuem o perfil de trabalhador e estudante, matriculados do 1º ao 8º semestre. A pesquisa é fundamental para determinar quem são esses sujeitos, quais suas perspectivas e motivações para concluírem o curso em que estão inseridos.

O capítulo apresenta, inicialmente, uma breve caracterização da pesquisa, na qual descrevemos os sujeitos, instrumentais e percursos metodológicos e, posteriormente, analisamos os dados coletados nos questionários aplicados, à luz de autores da área.

4.1. Caracterização da pesquisa e dos sujeitos.

A pesquisa de campo é de natureza qualitativa, com uso de estudo de caso. Optamos pelo estudo de caso por tratar da análise de um grupo específico de estudantes do curso de Pedagogia, configurando-se como um caso a ser estudado. Segundo Yin,

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. (YIN, 2005, p.32)

A amostra foi de 22 estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará e a técnica empregada foi questionário com perguntas fechadas e abertas, aplicados na plataforma online *google forms*. Os questionários foram aplicados entre o período de 30 de maio de 2022 a 13 de junho de 2022, contendo trinta e oito questões (apêndice 1).

Dos estudantes que responderam ao questionário, a maior parte é composta por mulheres, 68,2%, ficando os homens com 31,8% de participação. Os respondentes em sua maioria se autodeclaram pardos(as), 72,7% sendo pardos(as),

22,7% brancos(as) e 4,5% pretos(as), possuindo a faixa etária entre 19 e 41 anos, na qual o grupo de estudantes entre 19 e 24 anos é de 54,6%, ficando o grupo de 26 a 41 anos com 45,3%.

Quanto à naturalidade dos pesquisados, 85,7% são naturais de Fortaleza ou da região metropolitana, sendo 14,3% do interior do estado ou outras localidades. A maior parte dos estudantes são solteiros(as) 59,1%, sendo 40,9% dos respondentes casados(as). Quando perguntados sobre quantas pessoas residem na mesma casa em que o discente, 36,4% afirmaram morar com mais duas pessoas, 27,3% moram acompanhado de uma e 31,8% confirmaram que com quatro ou mais indivíduos. Dos que moram atualmente com os alunos entrevistados são 40,9% os pais, esposo(a)/companheiro(a) 36,4%, os irmãos 22,7%, filhos 13,6%.

A respeito da trajetória escolar dos entrevistados, 45,5% estudaram integralmente em escola particular, 27,3% integralmente em escola pública, 22,7% passaram boa parte de seus estudos em escola pública, apenas 4,5% responderam que passou a maior parte de sua escolaridade em escola particular. Os dados nos fazem refletir sobre a predominância que ainda existe de pessoas que ingressam em universidades federais oriundas de ensinos particulares. A ausência de uma política de educação pública que promova um ensino de qualidade, socializando saberes culturais e científicos à classe trabalhadora, acarreta uma formação fragilizada, o que compromete o ingresso de estudantes de camadas empobrecidas da sociedade nas universidades federais, reconhecidas nacionalmente como de melhor qualidade e, por isso, mais concorridas.

Sobre os discentes que possuem vínculos que os transformam em trabalhadores, todos os respondentes afirmaram que atuam no mercado de trabalho enquanto estudam, dos quais 77,5% estão atuando na área de seu curso e 22,5% em diversos campos profissionais. Esse expressivo número de estudantes atuando em sua área, ou seja, no ambiente escolar nos permite inferir que dessas experiências laborativas possam vir elementos contribuidores para a permanência no curso. Mais adiante, nas questões específicas analisaremos essa questão.

Sobre a carga horária destinada ao trabalho, 36,4% trabalham mais de 8 horas diárias, 18,2% 8 horas, 22,7% 6 horas por dia, e 13,6% durante 4 horas.

Destes indivíduos, 54,5% responderam que não trabalham durante os fins de semana, 36,4% assinalaram que às vezes e 9,1% constataram que sim. Se somarmos o primeiro público dos que trabalham mais de 8 horas e os que têm jornada de trabalho de 8 horas, temos um percentual de 54,6%, constituindo-se mais da metade dos pesquisados. A jornada de trabalho dos estudantes é um fator crucial para compreender suas limitações de aprendizado e de dedicação ao curso pois, na medida em que são levados por suas circunstâncias materiais a trabalhar o dia inteiro, comprometem sua condição física e emocional e, por conseguinte, seu desempenho acadêmico.

Indagamos também acerca da renda média que esses estudantes recebem por mês, considerando que esta é uma informação relevante para analisarmos se essa renda é um fator que pelo menos venha a suprir seus gastos básicos e, assim, lhe possibilitar pelo menos condições mais confortáveis para estudar. 68,2% afirma ser de até um salário-mínimo, 22,7% de 2 a 3 salários-mínimos e 9,1% de 3 a 4 salários-mínimos. Observamos, portanto, que o valor da remuneração de boa parte dos pesquisados possibilita um orçamento bastante “apertado” uma vez que mais de 50% (68,2%) não ganha sequer mais que o salário-mínimo que, diga-se de passagem, já é um valor de remuneração bastante desafiador para se honrar com os gastos cotidianos. 72,7% dos respondentes também destacaram que não contribuem integralmente para a renda familiar, porém, contribuem parcialmente para complementar a renda da família. Portanto, a renda familiar dos participantes gira em média de 2 a 3 salários-mínimos para a maioria dos 50%, outros participantes afirmaram ser acima de 3 salários-mínimos 36,4% e apenas 13,6% possuem a renda familiar de até 1 salário-mínimo.

A seguir, apresentaremos os resultados da pesquisa no que se refere à parte específica do estudo, ou seja, o que pensam os estudantes sobre a relação trabalho e formação.

4.2. A visão de alunos/as do Curso de Pedagogia da UFC sobre as influências do trabalho em sua formação.

Analisando o perfil de alguns alunos do Curso de Pedagogia, verificamos que a quantidade de estudantes que entram na universidade e logo passam a fazer parte do mercado de trabalho é expressiva, há aqueles que durante a formação buscam formas de se manter no ensino superior e outros que visam auxiliar o sustento da família. Parte dos discentes que responderam ao questionário, ao traçar o nível escolar de seus familiares, apresentou um quadro em que 36,4% dos pais concluíram o ensino superior, trazendo a reflexão a respeito do sistema de valores que podem vir a ser internalizados pelos alunos, a partir do capital escolar dos pais, desde cedo no seio familiar.

É interessante abordar essa perspectiva já que é no círculo familiar que se desenvolve o primeiro *habitus*⁶, este que possivelmente auxilia na tomada de decisões futuras do indivíduo. A participação dos pais gera impactos na vida desses indivíduos, sejam esses negativos ou positivos. Para Liana⁷, ter um familiar que a apoiasse foi determinante para o ingresso no ensino superior e na escolha do curso, "Ouvi os conselhos da minha mãe e entrei no que eu realmente me identifico, e não no que me renderia *status* e muito dinheiro." (LIANA, 19 anos, aluna do 1º semestre)

Essa sensação de identificação é rara, dito isto com base nas respostas dadas por 54,6% dos discentes que afirmam não terem a Pedagogia como sua primeira opção ao tentar ingressar no ensino superior, evidenciando que muitas vezes estes buscam adentrar em uma faculdade apenas para obter um diploma ou visando uma mudança de curso futura, como cita uma das alunas: "Inicialmente, com o objetivo de realizar a mudança de curso; mas comecei a gostar do curso após um mês estudando em outra instituição". (FELIPE, 21 anos, aluno do 5º semestre)

⁶ [...] o *habitus* enquanto disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem: é o que faz com que o conjunto das práticas de um agente – ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes – são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos – ou mutuamente convertíveis – e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida (BOURDIEU, 2007b, p. 163).

⁷ Os nomes utilizados são fictícios para preservar a fidedignidade dos dados.

No entanto, é necessário destacar que há estudantes que têm a pedagogia como sua primeira escolha e a transformou em um meio de acesso ao ensino superior. O ingresso na faculdade para muitos é a realização de um sonho e promessa de dias melhores, seja para sua formação como indivíduo ou para a possibilidade de fazer parte da mudança na educação. como descreve Liana: “Ao vivenciar de muito perto a falta de inclusão nas escolas, me sinto instigada e motivada a estudar e promover isso a outras crianças.” Percebe-se, na fala da pesquisa, uma questão que está para além do mero recebimento de um diploma e/ou da inserção no trabalho, mas uma preocupação social, em incluir crianças e jovens no universo escolar e, com isso, contribuir para que melhorem sua qualidade de vida.

Segundo os dados coletados, uma série de dificuldades se apresentam para estes discentes que enfrentam a obrigação de trabalhar para assim ter uma renda enquanto estuda. Uma delas é o cansaço devido a necessidade de conciliar ambas as atividades, a sobrecarga por passar horas em um trabalho exaustivo, seja antes ou depois de comparecer às aulas ou quando se tira tempo para dedicar as leituras acadêmicas.

Dentre os alunos participantes 54,5% afirmam que o trabalho é um fator que atrapalha a leitura de textos e livros e devido a essa dificuldade o estudante se ver numa “corda bamba” de obrigações, sendo muitas vezes forçado a encaixar em sua rotina diária de atribuições básicas, como na hora do descanso, na hora do almoço, as suas atividades universitárias. A análise desses aspectos coloca em questão o pensamento de Almeida (2007), que fala sobre o esforço descomunal, marcado por sacrifícios de diversas naturezas. Esta afirmação pode ser analisada com base na resposta de 86,4% dos discentes que relatam que precisam se deslocar do trabalho para a faculdade ou ao contrário, evidenciando que não há um tempo hábil entre as atividades para descanso.

Além disto, em vista ao desgaste físico e emocional da maioria dos discentes devido ao contexto que estão inseridos, na qual existe um dano ocasionado pela frágil conciliação entre trabalho e estudo, 54,4% dos alunos em questão relatam que seus estudos ficam prejudicados quando é colocada a relação de atuar no mercado de trabalho e de estudar numa universidade que possui um alto

nível de exigência. Já 31,8% declaram que tanto o trabalho como os estudos sofrem uma perda.

Em complemento a este pensamento, 63,6% declararam que necessitam se esforçar muito para tirar uma nota acima da média, demonstrando o insucesso do aluno diante das adversidades. Rebeca, do 8º semestre, comenta que "às vezes chego tão exausta que me falta a coragem para estudar, no entanto, busco pensar que tudo aquilo futuramente vai valer a pena."

Quando questionados sobre o que os leva a seguir com os estudos, se estes possuíam o interesse de concluir o curso e qual a motivação para tal decisão, todos os respondentes afirmaram ter o desejo de se formar, concluindo o caminho acadêmico. Alguns utilizando como resposta para sua motivação estudantil o forte desejo de obter um diploma para ascender socialmente, conquistando seu lugar no mercado de trabalho, uns já com pensamentos específicos focados em áreas educacionais como a Neuropsicopedagogia, o ensino de libras, entre outras. Outros, com o objetivo de permanecer um pouco mais no ambiente acadêmico realizando um mestrado ou doutorado na própria instituição.

A universidade, mais especificamente o curso de Pedagogia, segundo os entrevistados, apresentam oportunidades tanto para aqueles que desejam focar em seus estudos, dispondo de tempo para se dedicarem, como Saviani (2007) abordou ao citar sobre a educação voltada aos membros que dispõem de ócio e tempo livre para se organizar diante das pendências acadêmicas. Porém, é insuficiente para os estudantes que trabalham, pois, para esses são diversas as dificuldades de estudar, principalmente para aqueles que estudam no período noturno, estes que veem suas oportunidades se esvaírem pelo choque entre o trabalho e estudo. João, relata que

A maior demanda de atividades é no diurno, como disciplinas optativas, palestras, movimentos, eventos. Às vezes chego a questionar se consigo permanecer sem ter de fato as mesmas oportunidades que outros colegas de turnos diferentes e que têm o privilégio de apenas estudar. (JOÃO, 22 anos, 6º semestre)

Ainda que os estudantes encarem obstáculos ao longo de sua formação, existe uma parcela de estudantes que se dividem quando o assunto é se

consideram a oferta de disciplinas do curso adequada para sua formação humana, acadêmica e profissional. 40,9% ressaltam que sim, a mesma porcentagem declara que em parte e 18,2% que não contribui de forma alguma.

Portanto, mesmo diante das incertezas que se apresentam durante a formação é necessário destacar que existem soluções para auxiliar os problemas que a classe de trabalhadores estudantes enfrenta, principalmente para aqueles do período noturno que se sentem invisíveis para a instituição. Conforme o pensamento de Villas Bôas, é necessário discutir que “Não se considera o fato de que a universidade também seleciona e partilha [...] A resistência dos docentes não é a de encarar as desigualdades sociais, mas, sim, de percebê-las dentro da universidade.” (2001, p. 111)

Então, precisa-se de soluções que não sejam tratadas apenas como ações paliativas ou que não foquem nas particularidades dos indivíduos. Tem que se reconhecer que não cabe mais a romantização do caminho tortuoso, cheio de desgastes físicos e emocionais que adoce boa parte da comunidade acadêmica para se obter o desfecho positivo da formação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que fosse possível compreender os impactos do capitalismo na formação profissional do indivíduo, foi necessário examinar uma parte da trajetória da relação entre trabalho e educação e como esses dois aspectos, desde o início da história, vem se apropriando cada vez mais do sujeito. Durante a elaboração deste estudo, observamos que não há dúvidas quando se trata da necessidade do ser humano em manter-se no ofício. Para o indivíduo não há a possibilidade de uma realidade ligada apenas ao ócio esse que, por sua vez, é ainda privilégio para uma parcela da humanidade, o que favorece a divisão de classes como foi abordado.

Com a divisão social, constatou-se também a divisão do trabalho, na qual favoreceu ainda mais a não aquisição de uma educação de qualidade e emancipadora para todos os sujeitos. Mesmo que somente através do ensino se torne possível o sujeito organizar-se diante de sua cultura,

consequentemente aumentando seu nível de intelecto. Longe ainda do modelo ideal, a educação até então mantém-se organizada em prol do capitalismo.

Cabe novamente evidenciar o papel do professor durante a formação do homem, seja em diversos aspectos. O docente pode tanto auxiliar na perpetuação da dominância do superior contra o inferior, como pode ser aliado da emancipação dos envolvidos. Através do trabalho educativo, dos recursos e reflexões, este pode levar para a sala de aula a realidade social de forma crítica, facilitando a compreensão dos seus educandos para a conscientização e emancipação do sujeito.

Entretanto, como desamarrar as amarras do capitalismo, este que está em todas nossas relações e intervém nas principais ações do cotidiano da sociedade, muitas vezes levando o indivíduo a abdicar de tempo e recursos básicos para servir ao capital. Durante a pesquisa documental e a prática das entrevistas conheceu-se um pouco mais sobre o que os alunos, em específico, do curso de Pedagogia pensam a respeito da necessidade de conciliar trabalho e educação, ficando evidente que há o prejuízo na educação, porém a valorização da experiência no mundo profissional para a formação do indivíduo também é percebida por uma parte dos discentes.

Apesar de que os vinte dois alunos se aproximem em alguns aspectos, há de se notar que entre eles existem muitas particularidades, afinal como indivíduos eles são únicos e apresentam suas diferenças. São sujeitos que possuem determinações, responsabilidades, maturidade e valores diferenciados. Desta forma, não é possível considerá-los como uma unidade homogênea, diante dos questionamentos deste estudo.

Cada um precisou percorrer um caminho diferente, seja esse longo e custoso ou cheio de apoio e oportunidades para alcançar o ingresso no ensino superior. Até então, antes de ser pertencente a este espaço acadêmico, muitos possuíam uma visão idealizada deste cotidiano acadêmico, porém com a experiência como estudante, surge um novo ser, um indivíduo capaz de ter um olhar crítico, que consegue perceber os problemas de sua condição social, dentre estes a de que precisa trabalhar, obtendo a certeza de que pode ocasionar a limitação de seu tempo e assim prejudicar seus estudos.

A desigualdade educacional ainda é constantemente produzida no âmbito acadêmico, mesmo que significativamente, deve-se ponderar qual o limite desse desequilíbrio? A universidade atua para intervir nessa produção? A universidade que é caracterizada por ser um lugar de estudos, na qual tem a aprendizagem como requisito primordial, muitas vezes leva na sua prática um modo rígido e incompreensível para com aqueles que necessitam de mais atenção. Constatamos, com esta pesquisa, que o ambiente universitário ainda ignora as particularidades desses alunos, seja quando desconhecem o perfil e as limitações dos discentes, muitas vezes pressionando o aluno a se adequar a um cotidiano que não os favorece.

Apesar de obter ao longo da pesquisa respostas que apresentam a satisfação dos estudantes com o curso de pedagogia, muitos não têm o mesmo sentimento de contentamento quando questionados sobre o currículo e a forma de sua aplicação. Principalmente os alunos do noturno são os que mais relatam seu descontentamento, frustração e desmotivação com a universidade em geral. Para estes e os demais, deixar de trabalhar não é a solução para o problema, pois estes necessitam de uma renda que os possibilitem sobreviver e até mesmo dar continuidade com seus estudos, porém, cabe a universidade se adequar, se fazer presente e necessária para atender a este público.

Com base nesse ponto, a universidade ainda está longe de compreender seu papel diante da produção e reprodução das desigualdades, o que nos leva a compreender que todos esses problemas são decorrentes de uma má produtividade institucional, que por diversas vezes, de forma consciente, demonstra agir aos interesses do Estado e do setor privado, sendo último o menos preocupado em uma educação de qualidade para membros da classe trabalhadora.

É preciso que a instituição reveja seus posicionamentos em relação aos trabalhadores, pois não basta permitir o acesso; é fundamental garantir uma permanência com qualidade para que o estudante tenha uma formação que respeite sua condição e que lhe permita concluir o curso.

Por fim, destacamos que os dados aqui apresentados e as análises desenvolvidas a partir deles é uma expressão parcial da realidade. A desigualdade econômica da sociedade produz também uma desigualdade educacional. Assim,

mesmo que as pessoas tenham acesso à educação escolarizada e, no caso aqui estudado, a uma formação de ensino superior numa conceituada universidade pública, não as garante sucesso acadêmico pleno, uma vez que há muitas outras variáveis que interferem no êxito escolar desses sujeitos, entre elas, o fato de terem que trabalhar para se sustentarem. Assim, diante dessa desigualdade econômica e social, arriscamos a dizer que esse quadro de estudantes prejudicados em seus desempenhos acadêmicos pelo trabalho é um fato inerente à própria sociedade de classes, ao próprio quadro histórico de desigualdade social. Reiteramos, portanto, que urge lutarmos não só pelo acesso e permanência da classe trabalhadora nos bancos das melhores escolas e universidades, mas por mudanças estruturais no próprio mundo do trabalho que reproduz diuturnamente a exclusão, a opressão e a precarização na vida dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2003

ALMEIDA, W. M. **Estudantes com desvantagens econômicas e educacionais e fruição da universidade**. Caderno CRH, 20(49), 35-46. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v20n49/v20n49a04.pdf> Acesso: 12 Mai. 2022

ALVARENGA, Darlan. **Desemprego fica em 11,2% em fevereiro e ainda atinge 12 milhões, diz IBGE**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/31/desemprego-fica-em-112percent-e-m-fevereiro-diz-ibge.ghtml> Acesso: 12 Mai. 2022

ARROYO, M. **A Universidade, o trabalhador e o curso noturno**. Revista Universidade e Sociedade. Ano 1, nº. 1, fev. São Paulo, 1991

BARREIRO, Iraíde Marques de Ferreira; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. – São Paulo: Ed. Avercamp, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 12 Mai. 2022

BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, Editora Zouk, 2007b.

BOURDIEU, P. e CHAMPAGNE, P. **Os Excluídos do Interior**. In: BOURDIEU, P. et al. A Miséria do Mundo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CABRERA, B. e JIMÉNEZ, Marta, J. **Quem são e que fazem os docentes?** Sobre o "conhecimento" sociológico do professorado. Teoria & Educação, Porto Alegre, nº 4, 1991, pp. 190-214.

CORIAT, Benjamin. O taylorismo e a expropriação do saber operário. In: PIMENTEL, Duarte et ali (org.). **Sociologia do trabalho: organização do trabalho industrial**. Lisboa: A regra do jogo, 1985, p. 79-107.

CUNHA, Luiz A. **Ensino Superior e Universidade no Brasil**. In: LOPES, Eliane M. T.; FILHO, Luciano M. F.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.). 500 anos de Educação no Brasil. **Brasília**: Capes, 2000. p. 31-42

FILHO, Armando Terribili e RAPHAEL, Hélia Sonia. **Ensino Superior Noturno: Problemas, perspectivas e propostas**. Marília: FUNDEPE, 2009.

FURLANI, L. T. M. **A Claridade da Noite: os alunos do ensino superior noturno** – São Paulo : Cortez, 1998

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

HILL, Dave. **O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação**. In: Currículo sem Fronteiras, v.3, n.2, pp.24-59, Jul/Dez 2003

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior**, 2020. Brasília: MEC, 2020.

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf Acesso em: 26 Mai. 2022

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior**. 11^a ed./2021. Disponível em:

<https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/educacao-11/> Acesso: 26 Mai.2022

LOMBARDI, José Claudinei. **Trabalho e educação infantil em Marx e Engels**. Revista HISTEBR on-line, n. 39, 2010, p. 136-152.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. livro 1/ tradução de Reginaldo Sant'Ana. 26 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

PIMENTA, S.G.(Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Ana Luiza; JACOBS, Edgar. **O Censo da Educação Superior de 2020**.

Disponível em:

<https://www.jacobsconsultoria.com.br/post/o-censo-da-educacao-2020> Acesso em 26 Mai. 2022

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a natureza e especificidade da Educação**. Germinal: marxismo e educação em debate, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 286–293, 2015. DOI:

10.9771/gmed.v7i1.13575. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13575>. Acesso em: 3 Abr. 2022.

_____. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. In: Revista Brasileira de Educação. jan./abr .2007, v. 12, n. 34, p.152 - 180.

SEMERARO, Giovanni. **Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade**. Cadernos Cedes. Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, 2006.

SILVA, Daniele Hungaro. **Reflexões sobre a educação e trabalho na sociedade capitalista: uma articulação necessária**. X ANPED SUL, Florianópolis, 2014

SIQUEIRA, Janes Fraga. **A realidade contraditória e de sobrevivência do jovem trabalhador e estudante nas escolas estaduais de Porto Alegre/RS/Brasil**. Rexe, v. 1, n. 1, p. 227-244, 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/178799>. Acesso em: 10 Mai. 2022

SONYEONDAN, Bangtan. **Silver Spoon (Baepsae)**. Coreia do Sul. Bighit Entertainment, 2015. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/2VgPA0WnwvE2nbItxa3BHz?autoplay=true> Acesso em: 02 Jul. 2022

TONET, Ivo. **Educação contra o Capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

VILLAS BÔAS, Glaucia. Seleção e partilha: excelência e desigualdades sociais na universidade. Teoria & Sociedade, Belo Horizonte, v. 7, p. 95-115, jun. 2001.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA.

Termo de consentimento:

Sua participação é voluntária e você pode recusar ou interromper o preenchimento a qualquer momento. Sua contribuição é fundamental para que esta pesquisa possa alcançar seus objetivos e gerar resultados que permitam à academia de Pedagogia e à sociedade em geral se beneficiarem deste trabalho. Seu anonimato está garantido, de forma que não há riscos de que dados individuais sejam identificados como seus. Os resultados serão tratados estatisticamente de forma agregada e os respondentes não serão identificados, privilegiando o sigilo das informações. Caso existam dúvidas no preenchimento ou necessite de esclarecimentos, favor contatar-nos pelos e-mails claudiajessica17@alu.ufc.br ou claudiajessica17@hotmail.com. Agradecemos sua atenção e esperamos receber sua valiosa contribuição.

Concordo Não concordo

1. Sexo: feminino masculino

2. Idade:

3. Semestre:

4. Onde você estudou:

- Integralmente em escola pública
- integralmente em escola particular
- Maior parte em escola pública
- Maior parte em escola particular

5. Você se considera:

- branco(a)
- preto(a)
- amarelo(a)
- pardo(a)
- indígena

6. Onde (cidade e estado) você nasceu?

7. Qual seu estado civil?

- solteiro
- união estável/casado(a)/mora com um(a) companheiro(a)
- divorciado(a)
- viúvo(a)

8. Quantas pessoas, contando com você, moram na sua residência?

- uma, apenas eu duas
- três Quatro
- Cinco ou mais

9. Com quem você mora atualmente? (Marque todas as opções que se aplicarem)

- Sozinho Meus Pais
- Filho(a)s Esposo(a)/Companheiro(a)
- Irmãos ou Irmãs Outros

10. Qual o nível de escolaridade do seu pai?

- Não estudou Ensino Médio (Completo)
- Ensino fundamental I (Incompleto) Ensino Superior Incompleto
- Ensino fundamental I (Completo) Ensino Superior Completo
- Ensino Fundamental II (Incompleto) Pós-graduação
- Ensino Fundamental II (Completo)
- Ensino Médio (Incompleto)

11. Qual o nível de escolaridade da sua mãe?

- Não estudou Ensino Médio (Completo)
- Ensino fundamental I (Incompleto) Ensino Superior Incompleto
- Ensino fundamental I (Completo) Ensino Superior Completo
- Ensino Fundamental II (Incompleto) Pós-graduação
- Ensino Fundamental II (Completo)
- Ensino Médio (Incompleto)

12. Você já fez algum curso superior anteriormente? Se sim, qual?

13. Pedagogia foi a sua primeira opção ao tentar ingressar no ensino superior? Se não, qual foi?

14. Independentemente da sua primeira opção, por qual razão escolheu a Pedagogia?

15. Você recebe alguma assistência estudantil? Se sim, qual?

16. Já foi bolsista? Se sim, de qual programa?

17. Em relação ao curso, você pretende concluir?

- Sim Não

18. Se sim, o que motiva sua decisão?

19. Caso NÃO pretenda concluir o curso, o que motiva sua decisão?

20. Você trabalha?

Sim. Não.

**21. Sua atividade profissional estava relacionada ao curso que você frequenta?
Se não em que você trabalha?**

22. Trabalha quantas horas por dia?

- Menos de 4 horas
 4 horas
 6 horas
 8 horas
 mais de 8 horas

23. Trabalha aos fins de semana?

Sim Não

24. Você se desloca do trabalho direto para a faculdade?

Sim Não

25. Qual o seu salário?

- Até 1 salário mínimo De 3 a 4 salários mínimos
 De 2 a 3 salários mínimos Acima de 5 salários mínimos .

26. É responsável pela renda integral da sua família?

Sim Não

27. Contribui parcialmente para complementar a renda familiar?

Sim Não

28. Somando seu salário com o das pessoas que moram com você, de quanto é, aproximadamente, a renda familiar?

- Até 1 salário mínimo De 3 a 4 salários mínimos
 De 2 a 3 salários mínimos Acima de 5 salários mínimos.

29. Em relação ao fato de trabalhar e estudar:

- Não tenho problema O trabalho é prejudicado
 Meus estudos são prejudicados Ambos acabam ficando prejudicados

30. Sobre as possibilidades para inserção em trabalhos na área da educação você acha que o curso:

- Oferece poucas possibilidades
 Oferece médias possibilidades
 Propicia muitas possibilidades para se inserir na educação

31. Em razão do fato de trabalhar e estudar, em algum momento você pensou em desistir? Justifique sua resposta.

32. Na maioria das disciplinas você chega...

- Pontualmente.
 Atrasado por problemas pessoais envolvendo distância, transporte e etc.
 Mais cedo que o horário..

33. Com relação às suas notas:

- Precisa se esforçar muito para atingir a nota acima da média
 Precisa fazer um pouco de esforço para atingir a nota acima da média.
 Não precisa se esforçar para atingir a nota acima da média.

34. Sobre essas leituras, você considera que o trabalho é um fator que atrapalha a leitura de textos e livros?

- Sim
 Não
 Em parte

35. Você considera a oferta de disciplinas do curso adequada para sua formação humana, acadêmica e profissional?

- Sim
- Não
- Em parte

36. Com relação a maioria dos(as) professores(as), você acha que:

- Eles/as são solidários/as com alunos/as que trabalham, flexibilizando horários de aula.
- Eles/as são solidários/as com alunos/as que trabalham, flexibilizando atividades das aulas.
- Eles/as são pouco solidários/as com alunos/as que trabalham, tratando-os quase da mesma forma daqueles que não trabalham.
- Eles/as não são solidários/as com alunos/as que trabalham e não flexibilizam nem horários e nem atividades.

37. O curso de Pedagogia está suprindo suas expectativas?

38. Existe alguma mudança que necessite ser realizada no seu curso?
